

José Murilo de Carvalho

Cidadania no Brasil

O longo caminho

21ª edição



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2016

Prefácio

A história prega uma peça

Quando comecei a preparar a atualização deste livro, incluí um prefácio, que foi escrito antes dos eventos do mês de junho de 2013. O tom geral da análise era positivo e otimista, ressaltava os avanços conseguidos em nosso lento percurso democrático. Havia nele indicações de que algo se movia nos subterrâneos de nossa sociedade, de que estavam em andamento transformações na estrutura social e nos meios de comunicação capazes de, eventualmente, produzirem perturbações na calma política que há anos anesthesiava a mobilização política. Mas o autor, como, aliás, os cientistas políticos, sociólogos, jornalistas, políticos, serviços de inteligência, marqueteiros, estavam longe de prever que a turbulência se verificaria tão cedo e com tanta força.

Inesperadamente, centenas de milhares de brasileiros começam a sair às ruas protestando, inicialmente, contra aumentos nas tarifas dos transportes públicos. Iniciados em maio em Natal, os protestos chegaram a São Paulo em junho, organizados pelo Movimento Passe Livre. Alastraram-se para o Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza e outras capitais, além de cidades do interior, ocupando todo o mês de junho. O dia 20 desse mês representou o auge do movimento, quando houve manifestações em 80 cidades. Em São Paulo,

300 mil pessoas desfilaram, 100 mil no Rio de Janeiro, 25 mil em Brasília. De início pacífica, a natureza das manifestações começou a se alterar após repressão truculenta da polícia paulista durante a manifestação de 13 de junho, quando sete repórteres foram atingidos por balas de borracha e mais de 200 manifestantes foram presos. A violência policial marcou também a marcha dos 300 mil no Rio de Janeiro nesse mesmo dia, quando mais de 60 manifestantes foram levados a hospitais. Ao longo do processo, as manifestações começaram a ser infiltradas por grupos interessados em promover conflito com a polícia e cometer atos de vandalismo. Ganham notoriedade os *black blocs*, grupo surgido, em reação à violência policial, na Alemanha na década de 1980, com o nome de *Schwarze Block*. Seus membros usavam roupas negras e máscaras. Com a infiltração desses grupos, o final das passeatas passou a ser marcado por batalhas entre eles e a polícia, acompanhadas de atos de vandalismo. O fato fez com que o amplo apoio inicial da população às manifestações começasse a diminuir.

Todos assistimos, bestializados, a essa explosão coletiva de insatisfação. A perplexidade atingiu em cheio o mundo político, em especial o Partido dos Trabalhadores, que nunca deixou de se autopromover como responsável por um governo popular. Congresso e Executivo apressaram-se em declarar que estavam atentos ao clamor das massas e em propor reformas e iniciativas, algumas delas mais de seu próprio interesse do que do interesse das ruas, como foi o caso das propostas feitas pela presidente de convocação de constituintes, plebiscitos e referendos.

Passado o tsunami, apareceram, e continuam a aparecer, dezenas de explicações. É preciso, no entanto, reconhecer,

em nome da honestidade intelectual, que a história, como muitas vezes costuma fazer, nos pregou uma peça. Ou, melhor dizendo, nós é que não fomos capazes de ler e interpretar a escrita na parede, os sintomas que se acumulavam. Daí a primeira lição de junho de 2013: reconhecer o fracasso de todos os analistas e admitir a necessidade de diversificar e aprimorar nossos instrumentos de observação da realidade. Os que usamos falharam.

Dito isso, é claro que, apesar do fracasso da predição, pode-se tentar alguma "posição", precária que seja. Antes de *posdizer*, no entanto, é preciso caracterizar o que estamos *posdizendo*, isto é, identificar o que aconteceu, tarefa também difícil e controversa. Dou minha leitura dos fatos, reconhecendo que há outras que dela diferem.

Um primeiro ponto é que as manifestações foram, sim, inéditas entre nós, pelo menos em quatro características: foram viabilizadas pelas redes sociais; não tinham lideranças claras, exceto no início; tornaram-se multifocadas após a ênfase inicial no custo dos transportes coletivos; e, finalmente, fugiram aos valores políticos vigentes. Outras grandes manifestações nos últimos 30 anos, como a das Diretas Já (1983-1984) e a do impeachment de Fernando Collor (1992), tinham lideranças conhecidas, objetivo preciso, não dependeram das redes sociais, então inexistentes, obedeceram ao sistema vigente de representação. É também importante definir que povo, ou que parcela dele, foi para as ruas. Pelo que se pôde ver nas imagens amplamente divulgadas na mídia impressa e televisiva e, sobretudo, nas redes sociais, e deduzir de algumas rápidas pesquisas feitas no calor da hora, o grosso dos manifestantes compunha-se de representantes da classe média, sobretudo da juventude estudantil. A ser assim, haveria

semelhança com o movimento dos caras-pintadas da época do impeachment. Mas em todos esses exemplos, embora os manifestantes não constituíssem amostra fiel da população, conseguiram despertar ampla simpatia, senão apoio. Seus principais opositores, ironicamente, localizaram-se dentro dos órgãos tradicionais de organização da sociedade, como partidos, sindicatos e entidades estudantis.

Outro ponto a ser esclarecido tem a ver com a dinâmica do movimento. De um foco inicial limitado, o leque de reivindicações abriu-se para incluir a violência policial, a má qualidade dos serviços de saúde e educação, a falta de representatividade dos partidos, os gastos na reforma de estádios de futebol exigida pela Fifa para a Copa de 2014, a corrupção política, os políticos e, no limite, o sistema representativo como um todo. A entrada dos black blocs acrescentou como alvo o poder econômico e político em geral, atacados em suas representações, prédios públicos, bancos, empresas, polícias militares.

O problema do transporte coletivo serviu apenas de fagulha para atear um fogo que se alimentou depois de muitos outros combustíveis. A ser assim, o movimento denunciaria a existência na sociedade de certa malaise, de um descontentamento generalizado, mas não vocalizado e por isso não detectado pelos mecanismos tradicionais de aferição da opinião pública. Os ganhos reais conseguidos nos anos iniciais do século XXI, devidamente alardeados por poderosa máquina de propaganda governamental que descartava as críticas como fruto de despeito partidário, de conservadorismo, de elitismo, de descrença no Brasil, de moralismo de classe média causaram a falsa sensação de bem-estar e bloquearam manifestações de desconforto até que elas, represadas, explodiram nas ruas.

Tentando ir mais fundo na exploração da origem da insatisfação, pode-se dizer que ela, ironicamente, talvez tenha a ver com as melhorias havidas nos níveis de renda e de escolaridade e no surgimento do que se chamou de nova classe média. A melhoria elevou necessariamente os níveis de consumo, no que foi ajudada pela política do governo de crescer pelo lado da demanda, inclusive de carros, um dos fatores, aliás, que ajudaram a entupir as ruas e criar o caos urbano. Mais renda significa também aumento de expectativas e da consciência cidadã, vista esta como percepção mais clara e ampla de direitos. O fenômeno é bem conhecido na história: políticas públicas podem ter consequências imprevistas e não desejadas por seus autores. Entre os direitos cuja percepção mais se expandiu estariam os que chamei de sociais. Aos clássicos direitos a saúde, educação, emprego foram acrescentados os que têm a ver com a qualidade da vida urbana, num país que as cidades abrigam 85% da população, índice mais alto que o dos Estados Unidos.

O impacto imediato das manifestações foi grande, mas é difícil prever sua repercussão a médio prazo, sobretudo por causa da distorção causada pelos atos de vandalismo. De qualquer modo, elas mostraram que nem tudo são flores, que há algo podre no reino da Dinamarca. São um alerta importante de que novos atores políticos estão surgindo com novas agendas e novas modalidades de participação escoradas nas redes sociais. A construção de nossa cidadania pode estar entrando em novo patamar de avanço ou de retrocesso.